

ENTRE PONTOS, CONTRA-PONTOS E REMENDOS DO ENSINO MÉDIO GOIANO: olhares estatísticos de seu desenvolvimento nos últimos 15 anos¹

Wender Faleiro²

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão. Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Ensino de Ciências e Formação de Professores – GEPEEC. E-mail: wender.faleiro@gmail.com

APOIO: FAPEG

GT 02. Didática, Currículo e Políticas Educacionais

RESUMO: O Ensino Médio público apresenta vários problemas do ponto de vista estrutural, organizacional e de pessoal. Neste contexto, o presente estudo objetiva apresentar, mais descritiva do que analiticamente, alguns dados sobre o Ensino Médio Nacional em diálogo com as especificidades do estado de Goiás, visando à descrição da situação desse nível de ensino na região nos últimos quinze anos. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. Os dados apresentados foram coletados no mês de setembro de 2016, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (www.inep.gov.br) e no Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás – Sepin/Seplan (www.imb.go.gov.br/bde/imp.php). Os resultados mostraram que houve uma diminuição no total de matrículas no Ensino Médio brasileiro, e as modalidades que tiveram aumento de matrículas foram o regime integral de modalidade regular e a modalidade Educação Especial no período de 2010 e 2015. Além disso, é latente a problemática histórica que rodeia a educação na zona rural. Desta forma, há avanços e retrocessos, mas, sobretudo, invisibilização de problemáticas que já estão presentes na construção do país. Para maiores explanações, colocamos a necessidade de realizar estudos sobre a qualidade dessa educação e dos processos de permanência, levando em consideração as dificuldades que envolvem o Ensino Médio e a juventude brasileira.

Palavras-chave: Goiás; Ensino Médio; Juventudes.

Como todas as searas da educação são revestidas de complexidades, o Ensino Médio não seria diferente. Essa é a última etapa da Educação Básica, e sempre foi permeada de discussões e embates, de idas e vindas no que se refere à sua finalidade, identidade, universalização e obrigatoriedade, pois sempre foi marcada pela dualidade de um ensino para ricos e/ou para pobres, ou seja, para os pobres deve ser voltada à capacitação para o mercado de trabalho, e, para os ricos, à formação para a continuidade dos estudos. Destarte, muitos dos

¹ Texto enviado ao livro: FALEIRO, W. ; PUENTES, R. V(Org.). **ENSINO MÉDIO: desafios e perspectivas**. Edufu, 2018.

problemas identitários desse nível de ensino estão permeados por questões sociais. O Ensino médio, em meio ao aumento das políticas públicas inclusivas, ainda concentra um espaço escolar que segrega, rotula, marca e desempodera as pessoas com base em dicotomias: ricos e pobres; capazes e incapazes; brancos e negros; incluídos e excluídos, futuros trabalhadores e patrões; futuros universitários e até a mais perversa classificação capitalista de “jovens de futuro e sem futuro”, dentre várias outros processos de reprodução de desigualdades. “Na história educacional esse dualismo se reflete na divisão clara entre escolas para ricos e para pobres, com currículos e conteúdos diferenciados” (FALEIRO & PUENTES, 2016).

Ainda nesse sentido, Lopes e Silva (2007) apontam que a escola se tornou um importante equipamento público, porém onde sempre houve um jogo de contradições e dualismos, rodeado pelas disputas de interesse e pelas “lutas de classes, entre Estado e mercado, direitos e privilégios, discurso e prática, universalização e exclusão” (p. 161). Desta forma, as autoras pontuam que desde a consolidação da escola como instituição há o risco educacional e a exclusão de classes populares ao acesso e permanência nesse espaço, trazendo os questionamentos sobre qual é seu real papel dentro da estrutura social e no alcance das necessidades sociais. E nesse bojo de contradições, o Ensino Médio tem sido o nível de ensino mais debatido nas últimas décadas, na busca de conceitos, reformulações e finalidades para atender a necessidades políticas, sociais e econômicas, que muitas vezes (na maioria) não dialogam harmonicamente.

Com o auxílio de Xavier (1990), voltamos ao processo de expansão da Educação no Brasil, que é classificado em três fases. A primeira ocorreu nas duas primeiras décadas do século XX, num momento em que a economia agroexportadora estava em crise e em que foram registradas a expansão da demanda social por educação e as iniciativas reformistas de educadores progressistas. Na segunda (1930-1946), houve a reformulação efetiva do sistema educacional pelo Estado com a Reforma Francisco Campos (1931-1932) e as Leis Orgânicas do Ensino (1942-1946). Já a terceira, ocorrida com a redemocratização do país iniciada em 1946, reacendeu os debates em torno das funções da escola, sendo estes organizados em dois grupos: de um lado os progressistas e de outro os conservadores, liderados pelos educadores católicos na defesa da escola privada. Faleiro & Puentes (2016) propõem uma quarta fase, a partir da década de 1990, com as reformas da Educação Básica marcadas pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceram o dever do Estado na “progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio”. A Emenda Constitucional nº 14/96 modificou a redação desse inciso para a “progressiva universalização do Ensino Médio gratuito”; e a Lei

de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96 reconheceu o Ensino Médio como componente final da Educação Básica.

Diante da universalização e da obrigatoriedade dessa etapa da educação, reforçam-se outros problemas de ordem estrutural, funcional, didático-pedagógica e identitária. No que se refere à diversidade e complexidade educacional, encontram-se muitos jovens sem identificação com a escola, que se sentem excluídos, abandonados, sem perspectivas de futuro. Tal realidade é bem diferente das propostas de ensino das últimas décadas presentes nos discursos e na legislação e que preconizam um “novo” Ensino Médio, preocupado com formação integral e integradora, com funções equivalentes para todos os seus estudantes. Conforme dados do Inep/2012, mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos ainda não atingiu essa etapa da Educação Básica, e milhões de jovens com mais de 18 anos e adultos não concluíram o Ensino Médio.

De acordo com o documento *Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE: uma análise das condições de vida da população brasileira* (IBGE, 2010), constatou-se que a taxa de frequência bruta às escolas dos jovens de 15 a 17 anos é de 85,2%, já a taxa de escolarização líquida desses jovens é de 50,9%. Nas regiões mais pobres do país, como o Nordeste, por exemplo, a taxa de escolaridade líquida é de apenas 39,1%, enquanto a taxa de aprovação no Ensino Médio brasileiro é de 75,2%, e a de reprovação e de abandono são, respectivamente, de 14,1% e de 13,2% (INEP, 2011). Na análise dos dados, destaca-se que esses índices diferem de região para região e entre as zonas urbana e rural. Há também uma diferença significativa entre as escolas privadas e públicas.

Assim, tocamos na diversidade e na complexidade estrutural e de sujeitos presentes no Ensino Médio, que se ancoram nos dualismos educacionais que privilegiam um modelo de formação elitista, urbana, mercado-centrada (com base nas políticas do Banco Mundial), em que a escola pública tem o papel somente de aumentar os números de inclusão de sujeitos excluídos pela lógica neoliberal (sem almejar a qualidade da educação que, pelo contrário, encontra-se em estado de precarização) em detrimento de uma educação que acolha demandas da classe trabalhadora, pública, de qualidade, intercultural, com inovações didático-pedagógicas, valorização do professor e formação para uma cidadania crítica (LIBÂNEO, 2012). E por que isso acontece? Poderíamos apontar direções de respostas na política, na economia, na sociedade, nos currículos, na formação docente, enfim... Neste ano, 2016, o país tem sido tomado por reviravoltas políticas que afetaram diretamente direitos básicos da população, principalmente a Saúde e a Educação, e que colocaram os jovens brasileiros, em sua maioria frequentadores do Ensino Médio, em uma luta de resistência contra os padrões

hegemônicos que há muito já vinham sendo impostos e que se intensificaram nos últimos meses, principalmente no que concerne à Reforma do Ensino Médio presente na Medida Provisória nº 746/2016, que volta a valorizar a formação técnica e profissional, bem como políticas restritivas a investimentos em saúde e educação pelos próximos vinte anos (PEC55).

Os apontamentos aqui trazidos, mesmo que apresentem alguns limites, assinalam que o Ensino Médio público apresenta vários problemas do ponto de vista estrutural, organizacional e de pessoal. Neste contexto, o presente estudo objetiva apresentar, mais descritiva do que analiticamente, alguns dados sobre o Ensino Médio Nacional em diálogo com as especificidades do estado de Goiás, visando à descrição da situação desse nível de ensino na região nos últimos quinze anos.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa. Os dados apresentados foram coletados no mês de setembro de 2016, no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) (www.inep.gov.br) e no Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás – Sepin/Seplan (www.imb.go.gov.br/bde/imp.php). Os dados coletados foram salvos em planilhas Excel e filtrados no período de 2000 a 2015 para análises posteriores. Ressalta-se que, dependendo da categoria e disponibilidade dos dados nas plataformas, utilizaram-se períodos diferentes, mas dentro do espectro dos últimos quinze anos.

Resultados e discussão

O Brasil possuía, em 2015, um total de 7.800.106 matrículas no Ensino Médio em todas as suas modalidades. Esse valor representa uma diminuição de 5,37% (N=441.887) no número de matrículas quando comparadas ao ano de 2010, conforme apresentado na Figura 1. Continuando a comparação dos dados de 2010 e 2015 (Figura 1), nota-se a diminuição das matrículas no Ensino Médio Regular de regime parcial de 9,95% (N=710.151), e na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), de 14,21% (N=152.998). Contudo, segundo o IBGE (2014), o país possuía, em 2014, 10 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos, público-alvo do Ensino Médio, ou seja, a diminuição das matrículas (taxa líquida de 78%) não se deve à falta de estudantes nem tampouco à quantidade de jovens e adultos com mais de 17 anos.

A pouca atratividade e perspectivas que a escola oferece aos jovens e os poucos investimentos em políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos alunos até a

conclusão de seus estudos são fatores preponderantes que levam muitos a abandonarem seus estudos. Segundo Marchelli (2016), “pouco mais de 50% dos jovens entre 15 e 17 anos frequenta o Ensino Médio e cerca de 20% deles permanece no ensino fundamental”. A Emenda Constitucional nº 59 (BRASIL, 2009) tornou a Educação Básica obrigatória, sendo, portanto, dever do Estado e da família. Mas o Estado não se preocupa com os 22% de jovens ausentes das escolas? Bauman (2010) ajuda-nos a esclarecer um pouco essa conjuntura, presente nas políticas neoliberais, em que os pobres são alvo de outras estratégias, como a criminalização. A criminalização da pobreza é a exoneração do Estado de suas funções sociais, e responsabiliza cada um, individualmente, pelos problemas sociais. Ou seja, se o jovem está fora da escola não é culpa do Estado, e sim dele mesmo, que não “quis” prosseguir com seus estudos, deixando de lado todas as dificuldades sociais, históricas e culturais enfrentadas por eles. Essa “criminalização da pobreza” é introjetada de forma sutil na população.

No intervalo dos cinco anos analisados (Figura 1), observou-se um aumento das matrículas no regime integral de modalidade regular de 262% (N= 278.348); na modalidade Educação Especial, em seu regime parcial, de 124,3% (N=31.576); na integral, de 536,2% (N=1.909); e na modalidade EJA, de 92,8% (N=3.142). Tal fato se deve aos investimentos em políticas públicas na educação de tempo integral e na Educação Especial. Contudo, tem-se que pensar a situação real em que se encontra a maior parte das escolas públicas brasileiras para receber/prestar seus serviços de ensino e aprendizagem em tempo integral e aos alunos com necessidades educacionais especiais, haja vista os problemas enfrentados pelo escola normal. Tal situação abre, assim, brechas para a justificativa do Estado de fazer parceiras público-privadas, privatizações, terceirizações e a mercantilização da educação. Vale ressaltar que a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de Ensino Médio público no Brasil. Em 2015, ela foi a responsável por 99,2% de matrículas (N=7.732.175), enquanto em 2010, por 85,9% (N=7.079.872) das matrículas.

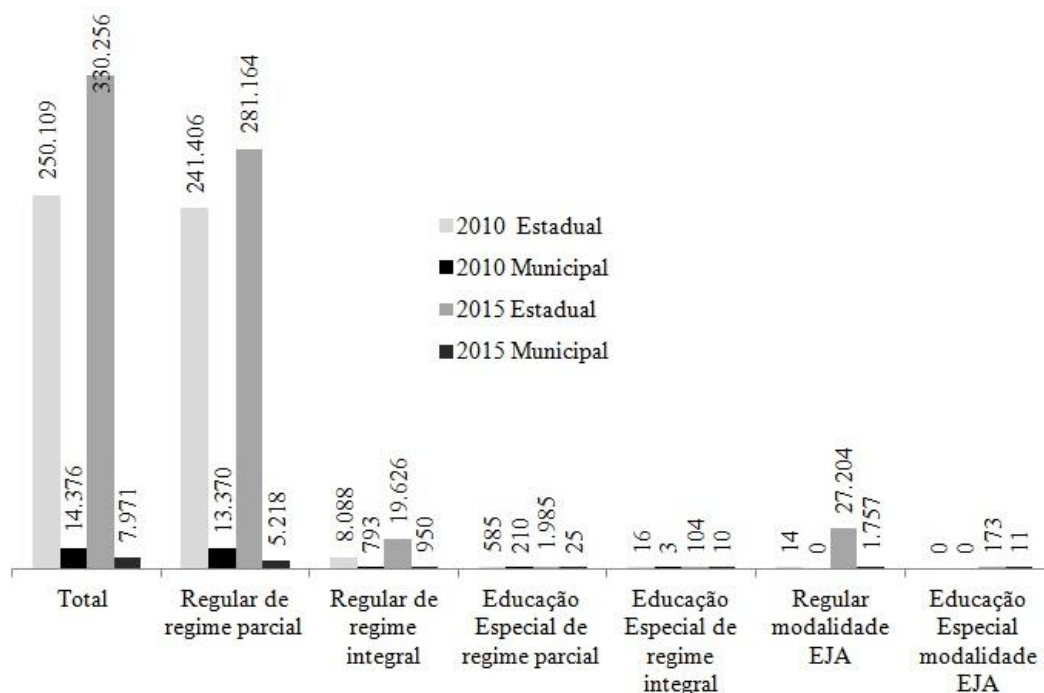


Figura 1 – Números absolutos (N) de matrículas no Ensino Médio público brasileiro, nos anos de 2010 e 2015, em suas respectivas modalidades.

Fonte:Elaboração própria, construída a partir dos dados primários do INEP - www.inep.gov.br [30/10/2016]

Ao voltamos o olhar para o Ensino Médio público rural brasileiro, deparamo-nos com um expressivo crescimento de vagas da rede estadual, como se pode observar na Tabela 1, que foi da ordem de 32% (N=80.147) no intervalo de cinco anos (2010-2015), havendo ainda uma diminuição de 44,56% (N=6.405) das matrículas oferecidas pelos municípios. Vale ressaltar que na rede municipal houve aumento apenas nas matrículas da modalidade EJA, que em 2010 não tinha nenhuma matrícula, e no ano de 2015 saltou para 1.757 matrículas. O aumento de matrículas na rede estadual, como observado anteriormente (no total de matrículas no país), ocorreu principalmente na Educação em tempo integral (58,8%; N= 11.538), na Educação Especial (70,5%; N = 1.400) e na EJA, que praticamente inexistia no meio rural em 2010, com apenas 14 matrículas, passando em 2015 para 27.204 (aumento de 99,95%).

Se o Ensino Médio em geral possui problemas do ponto de vista identitário, funcional e de pessoal, imaginemos o Ensino Médio do campo, que fica mais “distante” dos olhos do poder público e é subjugado cultural, social e economicamente diante dos olhos de nossa sociedade capitalista e urbanocêntrica, em que a subalternização rural está entremeada de concepções de que os povos do campo não precisam de estudo, não precisam de escolas equipadas e com professores qualificados nem de formação específica para o desempenho de uma educação emancipadora e libertadora. Outro fator relevante é que o Ensino Médio é de

responsabilidade estadual, contudo a maioria das escolas do campo que oferecem essa etapa de ensino é da rede municipal, que funciona em conjunto com os anos iniciais e o ensino fundamental, percebendo-se, nesse sentido, um estrangulamento do Ensino Médio no campo, haja vista que a realidade vivenciada é de um grande fechamento das escolas do campo. Segundo o Inep (2014), de 2003 a 2013, 32,5 mil unidades deixaram de funcionar, assim o aumento de vagas em nível nacional tende a ser pontual e voltar a decair com o passar do tempo.

Tabela 1 – Números absolutos (N) de matrículas no Ensino Médio público rural brasileiro, nos anos de 2010 e 2015, em suas respectivas modalidades.

Modalidade EM rural	2010	2010	2015	2015
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Regular de regime parcial	241.406	13.370	281.164	5.218
Regular de regime integral	8.088	793	19.626	950
Educação Especial de regime parcial	585	210	1.985	25
Educação Especial de regime integral	16	3	104	10
Regular modalidade EJA	14	0	27.204	1.757
Educação Especial modalidade EJA	0	0	173	11
Total	250.109	14.376	330.256	7.971

Fonte: Elaboração própria, construída a partir dos dados primários do INEP - www.inep.gov.br [30/10/2016]

Olhares para o Ensino Médio goiano

O estado de Goiás localiza-se no Planalto Central brasileiro, na região Centro-Oeste do país. Ocupa uma área de 340.086 km², limitando-se ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. É o sétimo estado brasileiro em extensão territorial, abrigando em seus domínios 246 municípios e uma população de 6.003.788 habitantes, e uma densidade demográfica de 17,65 habitantes/km² (IBGE, 2010). Ele possui 40 Subsecretarias Regionais de Educação (Figura 2).

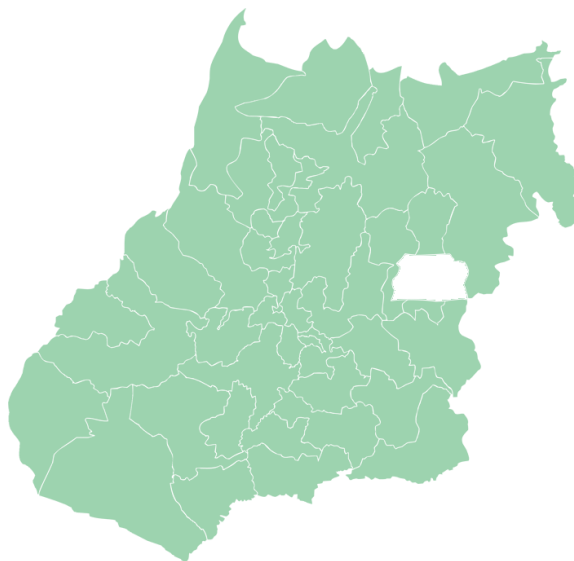


FIGURA 2 – Mapa do estado de Goiás subdividido em Subsecretarias de Educação, com destaque para a Subsecretaria de Catalão, GO (em branco, o DF).

Fonte: Modificado de <http://www.seduc.go.gov.br/Subsecretarias/?Catalao> [30/10/2016]

Em 2015, o estado de Goiás possuía 4.586 estabelecimentos de ensino, sendo que, destes, mais da metade eram municipais (52,5%, N=2.407); seguidos de 24% (N=1.102) particulares; 22,9% (N=1.050) estaduais; e 0,6% (n=27) federais. Ao analisar comparativamente os dados do estado em quinze anos, conforme a Figura 3, observa-se uma redução dos números totais de estabelecimentos de ensino da ordem de 12,8% (N=674). De 2002 a 2015, a redução foi mais marcante nos estabelecimentos estaduais (16,9%, N=213), seguidos dos municipais (7,9%, N=206). Tal redução ocorreu em todas as instâncias administrativas, exceto nas particulares, que tiveram um leve aumento de 2,4% (N= 26); e nas federais, onde o número de escolas mais que triplicou (337,5%), passando de oito, em 2002, para 27 em 2015, devido ao aumento de investimentos federais na ampliação das vagas em Institutos Federais de Ensino.

Mesmo havendo diminuição dos números totais de estabelecimentos de ensino da ordem de 12,8% (de 2000 a 2015), nesse mesmo período observou-se um expressivo aumento de 13.218 salas construídas, representando um crescimento de 69,4%. Contudo, das 43.254 salas, apenas, 40.315 estavam sendo efetivamente utilizadas em 2015 (Figura 3).

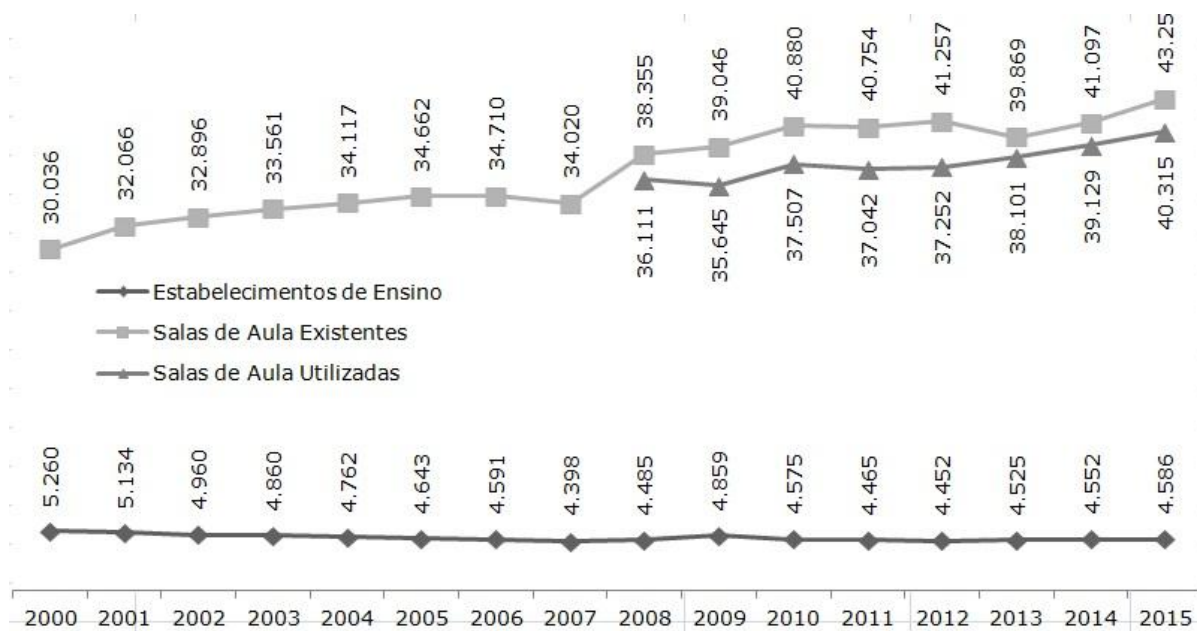


Figura 03 – Número absoluto (N) de Estabelecimentos de Ensino presentes no estado de Goiás, salas de aula existentes e salas de aula utilizadas* nos anos de 2000 a 2015.

* Dados disponíveis a partir de 2008

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados www.imb.go.gov.br/bde/imp.php [29/10/2016].

Goiás, conforme os últimos dados do MEC/INEP/DEED (2014), possui 931 estabelecimentos (881 urbanos e 50 rurais) de ensino que oferecem o Ensino Médio regular e, diferentemente do que aconteceu com o quantitativo total de estabelecimentos no estado, houve aumento de 3,5% (N=32) no intervalo de 2010 (N=899) a 2014 (N=931). Esse aumento ocorreu predominantemente na zona urbana (61,9%, N=24) e em todas as esferas administrativas: na federal houve aumento de 100% (de seis em 2010 para 12 em 2014); na estadual, de 2,3% (de 565 para 578); na municipal, de 33,3% (de três para quatro); e nas particulares, de 1,4% (de 283 para 287). Na zona rural, houve aumento efetivo de 38,1%, pois uma escola municipal fechou (redução de 33,3%, de quatro para três), e oito novas foram abertas (seis escolas estaduais e duas particulares); assim, houve aumento de 33,3% das federais (de três em 2010 para quatro em 2014); de 20% das estaduais (de 30 para 36); e de 1,4% das particulares (de cinco para sete). Houve um maior crescimento, em números absolutos, nos estabelecimentos estaduais, sendo 13 novos urbanos e seis rurais.

Em 2014, o estado de Goiás efetivou 1.376.350 matrículas na Educação Básica, 1.387 a mais que no ano de 2010 (1.374.963 matrículas). Ao ter como foco o Ensino Médio Total (incluindo matrículas do normal/magistério e integrado à educação profissional), no período de 2010 a 2014, os dados MEC/INEP/DEED mostram uma redução nas matrículas totais de 4,3% (N=11.135). Em 2014, havia 259.489 matrículas, sendo 135.810 femininas e 123.679

masculinas; logo se pode observar uma maior diminuição nas matrículas de meninas (5,2%, N= 7.509) que de meninos (2,9%, N= 3.626) nesse período.

Ao fazer uma análise mais detalhada das matrículas no Ensino Médio e de sua subdivisão por competências administrativas nos anos de 2000 a 2015 com base nos dados da SEPLAC/GO (Figura 4), verifica-se que o Ensino Médio oferecido pelas escolas estaduais sempre foi o responsável pelo maior quantitativo de matrículas, visto que em 2015 teve 82,5% (N= 211.246) de todas as matrículas, seguido pela rede particular, com 15,3% (N= 39.264). O maior número de alunos matriculados no Ensino Médio, nos últimos 15 anos, foi no ano de 2006, com 280.747 matrículas totais. Tal ano também foi o ápice de matrículas da rede estadual, com 242.515 matrículas, sendo que, a partir desse ano, suas matrículas começaram a diminuir, atualmente apresentando os menores índices desde 2001, com 211.246 alunos matriculados. A redução de matrículas concentrou-se nas escolas estaduais e municipais, pois nas escolas federais e nas particulares houve um aumento significativo de 2003 para 2015, respectivamente de 330,1% e 12,5% de matrículas.

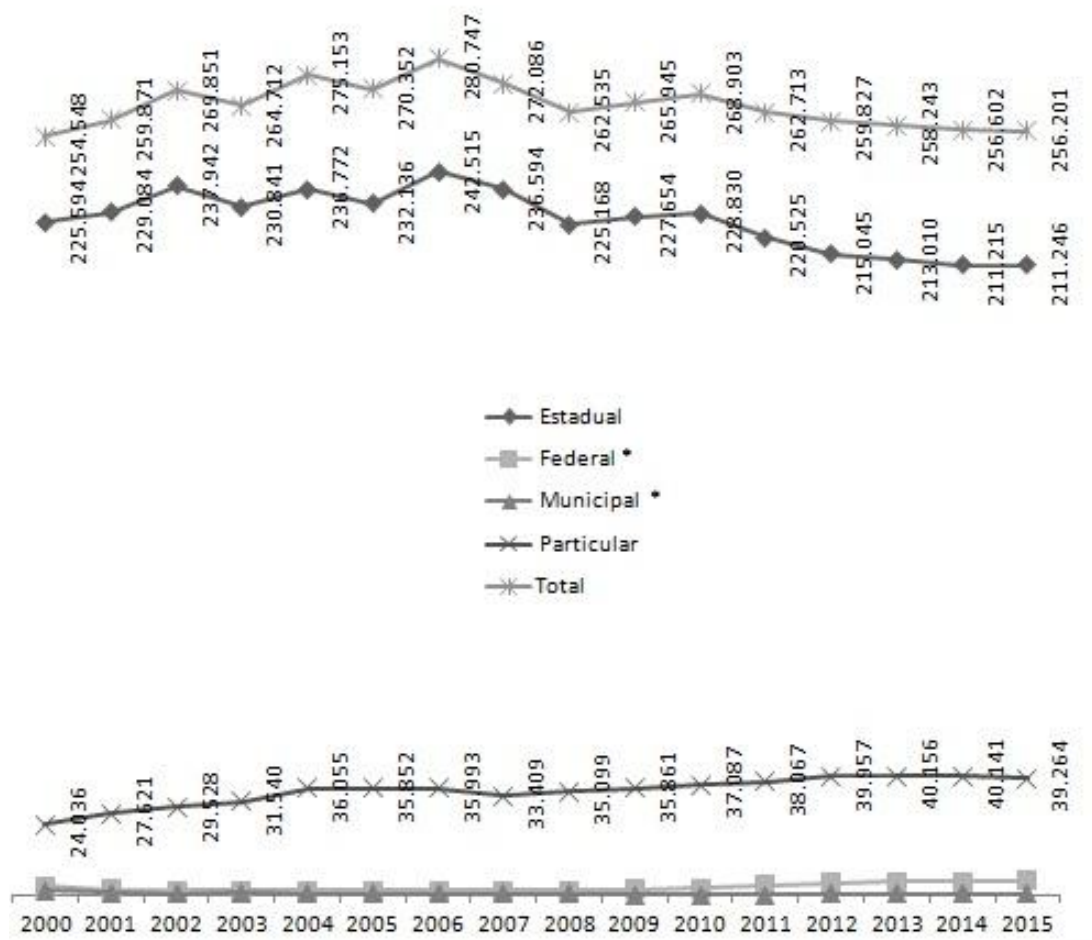


Figura 4 – Número absoluto (N) de matrículas no Ensino Médio goiano e sua subdivisão por competências administrativas nos anos de 2000 a 2015.

* Dados das federais e municipais foram suprimidos devido a serem os menores, e para melhorar a estética da figura.

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados www.imb.go.gov.br/bde/imp.php [29/10/2016].

Na Tabela 2, apresentam-se os dados dos números absolutos de matrículas no Ensino Médio público rural de Goiás nos anos de 2010 e 2015. Nesse período, observa-se uma diminuição das matrículas municipais totais de 50%, e um aumento de 26,6% nas estaduais.

Tabela 2 – Números absolutos (N) de matrículas no Ensino Médio público rural de Goiás, nos anos de 2010 e 2015, em suas respectivas modalidades.

Modalidade EM rural	2010		2015	
	Estadual	Municipal	Estadual	Municipal
Regular de regime parcial	2.623	124	3.204	76
Regular de regime integral	74	15	0	0
Educação Especial de regime parcial	17	1	26	2
Educação Especial de regime integral	0	0	0	0
Regular modalidade EJA	0	15	205	0
Educação Especial modalidade EJA	0	0	0	0
Total	2.714	155	3.435	78

Fonte: Elaboração própria, construída a partir dos dados primários do INEP - www.inep.gov.br [30/10/2016]

Mesmo verificando aumento nas matrículas no Ensino Médio rural, as 3.204 matrículas de regime parcial, em 2015, estavam concentradas em apenas 25 municípios; as 205 vagas na modalidade EJA em três municípios; e as 26 da Educação Especial em 12 municípios (Tabela 3). O estado de Goiás possui 246 municípios, e apenas 10,2% deles oferecem Ensino Médio rural, representando apenas 1,25% do total de matrículas do estado (N= 256.201 em 2015). Isso mostra que o aumento de vagas no meio rural e temporal é concentrado em poucos municípios e está longe da universalização e do oferecimento de uma educação de qualidade e libertadora para os povos do campo.

Tabela 3 – Números absolutos (N) de matrículas no Ensino Médio público rural de Goiás em 2015 em suas respectivas modalidades por municípios.

Modalidade	Municípios	N	Municípios	N
Regular de regime parcial	Água Fria de Goiás	45	Minaçu	116
	Anápolis	257	Mundo Novo	84
	Baliza	55	Nova Glória	66
	Catalão	137	Orizona	120
	Cavalcante	43	Padre Bernardo	349
	Cristalina	184	Pirenópolis	132
	Crixas	63	Planaltina	149
	Divinópolis de Goiás	72	Posse	54
	Flores de Goiás	304	Rubiataba	45
	Formosa	394	Santa Rita do Novo Destino	35
	Luziânia	214	São Domingos	67
	Monte Alegre de Goiás	51	Uirapuru	40
			Vila Propício	128
Educação Especial de regime parcial	Anápolis	1	Nova Glória	1
	Catalão	3	Orizona	1
	Crixas	1	Padre Bernardo	4
	Flores de Goiás	6	Pirenópolis	1
	Luziânia	4	Rubiataba	1
	Minaçu	1	Santa Rita do Novo Destino	1
Regular EJA		30	Luziânia	162
	Aruanã			
	Itapaci	13		

Fonte: Elaboração própria, construída a partir dos dados primários do INEP - www.inep.gov.br [30/10/2016]

Ao analisarmos o quantitativo de docentes (Figura 5), verifica-se que o ano de 2004 foi o ápice de professores no Ensino Médio, com 72.066 docentes, enquanto em 2015 contava-se com 60.197, representando uma redução de 15,8% (N=11.293) de 2005 a 2015. A

maior queda no quantitativo total de professores ocorreu no ano de 2006 para 2007, da ordem de 24,8% (N=17.577). Vale ressaltar que essa drástica redução aconteceu no período de um ano.

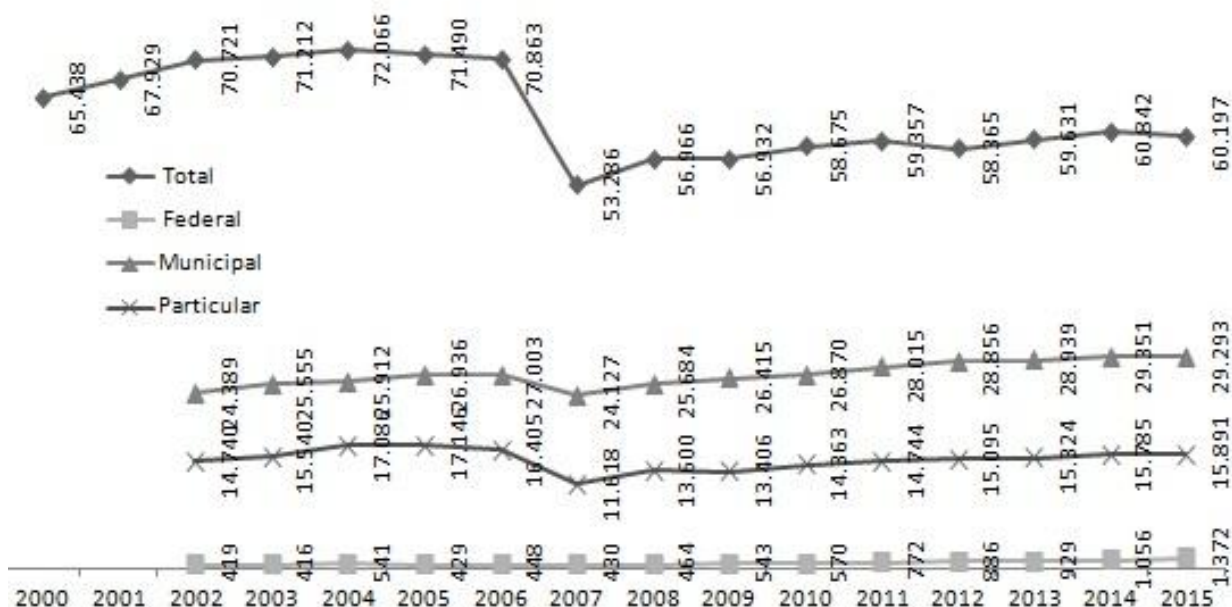


Figura 5 – Número absoluto (N) de professores no Ensino Médio goiano e sua subdivisão por competências administrativas nos anos de 2000 a 2015.

Fonte: Elaboração própria. Fonte dos dados www.imb.go.gov.br/bde/imp.php [29/10/2016].

Quanto à taxa total de abandono e reprovação no Ensino Médio no estado de Goiás, tem-se disponíveis os dados de 2013 a 2015, sendo a de abandono de 6,1%; 5,8% e 5,9%, respectivamente; e a de reprovação, de 8,5%; 9,7%; e 8,4%. Essas taxas são menores que as taxas nacionais. Em 2011, segundo o Inep (2010), eram de 9,6% de abandono e de 13,1% de reprovação, demonstrando que os estados com maiores índices totais de reprovação eram aqueles com bons índices econômicos, como Rio Grande do Sul (20,7%), Rio de Janeiro e Distrito Federal (18,5%), Espírito Santo (18,4%) e Mato Grosso (18,2%). E com menores taxas, Amazonas (6%), Ceará (6,7%), Santa Catarina (7,5%), Paraíba (7,7%) e Rio Grande do Norte (8%). Tais índices podem nos levar às seguintes reflexões: os estados mais pobres têm menores taxas de reprovação, pois seus alunos estão se dedicando mais, principalmente por influência das políticas sociais como o Bolsa Família? Os professores estão trabalhando processos de ensino e de aprendizagem diferenciados para melhor rendimento e recuperação de seus alunos? A qualidade do trabalho docente reflete um maior interesse e estímulo na aprendizagem dos alunos?

Enfim, diante da complexidade vivenciada pela educação brasileira, não podemos classificá-la como homogênea, generalista e de má qualidade, pois, mesmo diante de tantas dificuldades, muitas são enfrentadas e vencidas por algumas escolas públicas.

Considerações finais

Os resultados mostraram que houve uma diminuição no total de matrículas no Ensino Médio brasileiro, e as modalidades que tiveram aumento de matrículas foram o regime integral de modalidade regular e a modalidade Educação Especial no período de 2010 e 2015. Além disso, é latente a problemática histórica que rodeia a educação na zona rural. Desta forma, há avanços e retrocessos, mas, sobretudo, invisibilização de problemáticas que já estão presentes na construção do país. Para maiores explanações, colocamos a necessidade de realizar estudos sobre a qualidade dessa educação e dos processos de permanência, levando em consideração as dificuldades que envolvem o Ensino Médio e a juventude brasileira.

Desta maneira, mais do que o direito ao acesso à educação, deve-se lutar pela permanência e conclusão das etapas educacionais para que a aprendizagem ocorra de fato e para que ela seja emancipadora, libertadora e transformadora. As ocupações das Instituições de Ensino por nossos estudantes mostram que a educação brasileira tem plantado boas “sementes”, e que a juventude tem construído algo crítico sobre as tramas e amarras políticas, apesar de todas as dificuldades e inviabilidades políticas que a Educação vem enfrentando. Essas ocupações têm se transformado em ações sociopolíticas potentes para a transformação democrática da educação pública, com os estudantes colocando-se como agentes políticos de participação ativa sobre a tomada de decisões e sobre as relações desiguais de poder que se instauram na própria luta de classes, havendo uma intensa repressão do Estado (SORDI e MORAIS, 2016). Porém as ocupações resistem, tendo consciência de que há projetos de sociedade em disputa, e que os estudantes (secundaristas ou universitários) buscam a ruptura dos modelos dualistas de educação, do golpe político e do sucateamento da educação pública. Assim, essa juventude luta pelo acesso e pela permanência da educação pública de qualidade e crítica para as classes populares e, sobretudo, para que a participação social e a democracia sejam respeitadas e para que o povo tenha voz sobre a estrutura política.

Referências

BAUMAN, Z. **Vida a crédito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto promulgado em 05 de outubro de 1988, Brasília, DF.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE, 2010

_____. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em <http://portal.INEP.gov.br>. acesso em 04/06/2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de IBGE**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF: IBGE.2014

FALEIRO, W.; Puentes, R.V. . **Pontos e Contrapontos do Ensino Médio Público de Uberlândia, MG**. 1. ed. Novas Edições Acadêmicas, 2016. v. 1. 177p .

GOIAS, **Banco de Dados Estatísticos do Estado de Goiás** – SEPIN/SEPLAN <http://www2.seplan.go.gov.br/bde/imp.php>

LIBÂNEO, J.C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R. O campo da educação e demandas. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.18, n. 3, p. 158-164, set./dez. 2007.

MARCHELLI, Paulo Sergio Educação, Trabalho e Vulnerabilidade Social: Reflexões sobre os Jovens Excluídos do Ensino Médio no Brasil. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 9, n. 19, p. 129-146, mai./ago. 2016.

SORDI, D.N.de e MORAIS, S.P. “Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. **Revista de Ciências Sociais y Humanidades**. n. 2, Quito, Junio 2016.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papyrus 1990.